

CAMARA MUNICIPAL DE JACAREI

107

ESTADO DE SÃO PAULO

Lei nº 396

Faço saber que a Câmara Municipal de Jacareí decreta e eu promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º) Para os novos planos de arruamentos e loteamentos, deverá o interessado submeter a exame prévio do Centro de Saúde local um projeto em treis vias;

§ 1º) Uma das treis vias mencionadas neste artigo, de acordo com o que determina a Lei 1.561 = A = de 29 - 12- 51 ficará arquivada no Centro de Saúde local, a outra devidamente aprovada será devolvida ao interessado, ficando a ultima arquivada na Prefeitura Municipal.

§ 2º) a planta geral, na escala de 1:1.000 ou 1.2:000, com curvas de nível de metro em metro, com a indicação de todos os logradouros públicos e da divisão das áreas em lotes;

§ 3º) perfis longitudinais e transversais de todos os logradouros públicos nas escalas horizontal 1:1.000 ou 1:2.000 e vertical 1:100 ou 1:200;

§ 4º) indicação do sistema de escoamento das águas pluviais e das águas servidas e respectivas redes;

§ 5º) memorial descritivo e justificativo do projeto.

Artigo 2º) As ruas não poderão ter largura inferior a oitenta metros, nem leito carroçável inicial inferior a sete metros.

Parágrafo Único) Em casos especiais quando se tratar de uma rua de tráfego local, destinada a servir apenas a um núcleo de residências, a sua largura poderá ser reduzida a nove metros sendo neste caso permitidas as praças de retorno.

Artigo 3º) Junto às estradas de ferro é obrigatório a existência de ruas de doze metros de largura, se os terrenos forem destinados à construção de prédios de habitação ou de comércio.

Artigo 4º) Nos cruzamentos das vias públicas os dois alinhamentos deverão ser contornados por um arco de círculo de raio mínimo a nove metros.

Parágrafo Único) Nos cruzamentos especiais as disposições do artigo anterior poderão sofrer alterações.

Artigo 5º) A rampa nas vias secundárias deverá ser de dez por cento e nas vias principais de oito por cento.

Artigo 6º) O cumprimento das quadras não poderá ser superior a quatro e cincuenta metros.



CAMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ

ESTADO DE SÃO PAULO

Artigo 7º) Ao longo dos cursos de água será sempre reservada uma faixa de catorze metros no mínimo, para o traçado do logradouro público.

Artigo 8º) A área mínima reservada a espaços abertos públicos, compreendendo ruas e sistemas de recreio, deverá ser de trinta por cento da área total a ser arruada.

Artigo 9º) A área citada no artigo anterior deverá ser distribuída do seguinte modo: dez por cento para sistemas de recreio e vinte por cento para vias públicas.

Parágrafo Único) No caso de ser a área ocupada pelas vias públicas inferior a vinte por cento da área total a subdividir, a diferença existente deverá ser acrescida ao mínimo da área reservada para os sistemas de recreio.

Artigo 10) O arranjo das ruas de um plano qualquer deverá garantir a continuidade do traçado das ruas vizinhas.

Artigo 11) Não poderão ser arruadas os terrenos baixos, alagadiços e sujeitos a inundações, antes de tomadas as providências para assegurar-lhes o escoamento das águas e serem drenados de modo a rebaixar o nível das águas subterrâneas a um metro no mínimo abaixo da superfície do solo.

Artigo 12) A frente mínima dos lotes será do dez metros nos bairros residenciais e oito metros nas zonas comerciais.

Parágrafo Único) A área mínima do lote será de duzentos e cinquenta metros quadrados.

Artigo 13) Nas zonas residenciais a ocupação do lote com a edificação principal será no máximo de um terço da área total.

Parágrafo Único) O edifício principal nas zonas residenciais terá obrigatoriamente área de frente com a largura mínima de quatro metros.

Artigo 14) Não são permitidos lotes de fundo.

Artigo 15) Será permitida a agrupamento de construções que tenham no máximo seis casas e fique isolado um metro e sessenta centímetros dos lotes vizinhos. Neste caso a ocupação do lote poderá ser no máximo de cincuenta por cento da área total.

Artigo 16) Ficam os loteadores obrigados:

§ 1º) colocação de guias de pedra e sargentas de paralelepípedos com a largura de um metro em toda a área lotada, inclusive canalização para abastecimento de água.

§ 2º) a construção das casas deve ser feitas de modo a poderem ser conectadas à rede de esgoto.



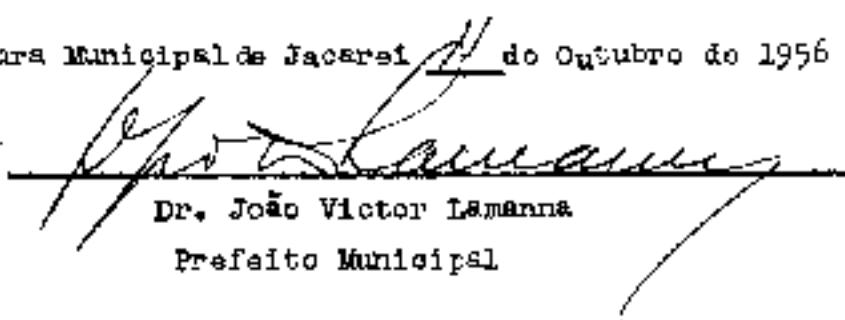
CAMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ

ESTADO DE SÃO PAULO

Artigo 17) Esta lei estatui normas para novos arruamentos e lotamentos, sem prejuízo da Legislação Estadual e Federal, vigentes ou futuras relativas ao assunto.

Artigo 18) Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Jacareí 11 do Outubro de 1956


Dr. João Victor Lamanna
Prefeito Municipal

Visto

Pedro Pançoldo Binari
Pedro Pançoldo Binari
Presidente da Câmara Municipal